



## Relator propõe à União 20% a menos na participação especial

Genildo Magalhães/Senado Federal



Senador Vital do Rêgo afirma que levará proposta ao governo federal como solução para a divisão dos *royalties* do petróleo

Informação foi dada durante reunião do grupo formado para resolver impasse em torno da distribuição dos recursos dos *royalties* do petróleo entre

estados produtores e não produtores. Vital do Rêgo sugere reduzir de 50% para 40% a cota da União na participação especial paga pelas empresas petrolíferas. **3**

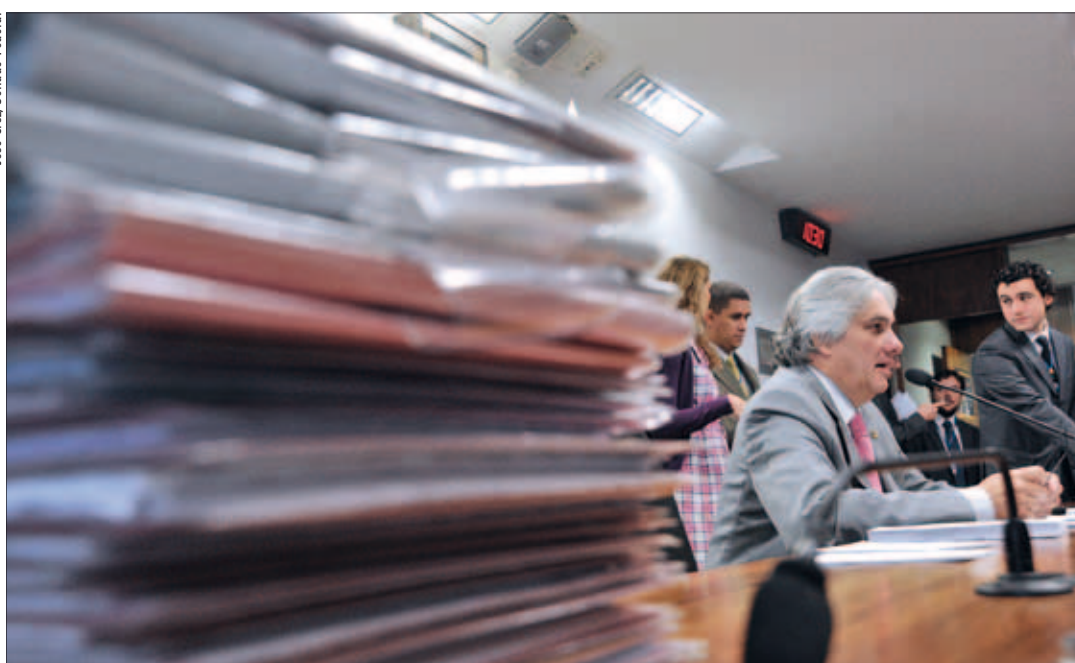
Vital do Rêgo (C) coordena reunião sobre partilha de *royalties*, da qual também participaram José Pimentel (E), Francisco Dornelles (2º à esq.) e Wellington Dias (D)

### Senado aprova financiamento do Projovem com verba de loteria

Pelo projeto, que vai para a Câmara dos Deputados, programa receberá 2% da arrecadação dos jogos federais. **8**

### Empreendedor individual mais perto dos fundos constitucionais **7**

José Cruz/Senado Federal



Delcídio do Amaral, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos: preocupação com transparência e gestão eficaz

### Comissão tira da Eletrobras poder sobre "fundo da luz"

Proposta, que agora será votada na Câmara, passa gestão do dinheiro da Reserva Global de Reversão (RGR) da Eletrobras para entidade a ser criada. Estatal estaria beneficiando empresas controladas por si própria. **5**

## Escolha o meio. A gente entrega a mensagem.

Quer ficar por dentro de tudo o que acontece no Senado? A qualquer hora e em qualquer lugar? Então leia o **Jornal do Senado**. Além da versão impressa, você também pode acessar a versão na internet e seguir o Twitter. Ou receber a *newsletter* do jornal no seu *e-mail*, cadastrando-se no portal de notícias do Senado. O que importa é saber de maneira clara e imparcial tudo o que as decisões dos senadores têm a ver com a sua vida. Dia após dia.



Sites | Supers - Crieção e Marketing | Foto: César Medeiros

### Relator da receita prevê R\$ 25 bi a mais no Orçamento **4**

### Regras para Parlasul voltam a ser debatidas no Congresso **6**

### Senado só abrirá concurso após reforma, diz relator **2**

Benedito de Lira, relator do projeto da reforma, diz que é "mais prudente" esperar as mudanças no Senado antes de admitir servidores; proposta deve ser votada neste ano

## Senado só abrirá concurso após reforma administrativa

O SENADO ABRIRÁ concurso público para admissão de novos funcionários só depois que votar o projeto de reforma administrativa da Casa.

A afirmação foi feita antontem pelo senador Benedito de Lira (PP-AL), relator desse projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Lira, porém, preferiu não prever um prazo para a realização do concurso. Quanto ao projeto de reforma, disse que deverá ser votado pelo Plenário do Senado depois de novembro.

— Os quadros do Senado estão precisando, em alguns setores, de pessoas qualificadas. Mas é evidente que é mais prudente e coerente, além de ser consensual entre os senadores, que isso [o concurso público] só pode ocorrer após a reforma administrativa, porque posiciona cada setor do Senado — afirmou.

A proposta de reforma administrativa (PRS 96/09) é baseado num estudo da Fundação



Benedito de Lira diz que concluirá neste mês relatório sobre reforma administrativa

Getúlio Vargas encomendado em 2009 pelo presidente da Casa, José Sarney.

Lira prevê que seu relatório ficará pronto neste mês e que o projeto será votado na CCJ no mês que vem e no Plenário até o fim do ano.

— Eu tenho recebido visitas de segmentos de servidores do Senado. Estou ouvindo todos para, assim, efetivar um parecer que possa ser respaldado pela Comissão de Constituição e

Justiça — afirmou o relator.

O presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse que a reforma administrativa permitirá a tomada de três ações urgentes: simplificar as rotinas do Senado, remanejar servidores para ocupações mais necessárias e tornar a Casa mais ágil.

Na opinião de Eunício, a reforma administrativa corrigirá distorções e acabará com "o inferno que é hoje a burocracia do Senado".

### Comissão da Verdade: Aloysio será o relator

Ex-integrante da Ação Libertadora Nacional, grupo armado liderado por Carlos Marighella no período da ditadura militar, o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) será o relator, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do projeto que cria a Comissão da Verdade (PLC 88/11). À Rádio Senado, Aloysio Nunes disse que a principal função da Comissão da Verdade será mostrar à sociedade o quão brutal podem ser os regimes ditatoriais e elucidar como foram montados os mecanismos de repressão.

### Suplicy registra lançamento de livro sobre o jurista Dalmo Dallari

Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou em Plenário o lançamento do livro *A influência de Dalmo Dallari nas decisões dos tribunais*. A obra, lançada dia 10, foi organizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

— As decisões judiciais constantes do livro bem atestam o caráter cívico, humano e social que permeia todo o pensamento jurídico do professor Dalmo Dallari — afirmou o senador. Nas 638 páginas, o livro traz exemplos da influência das teses do jurista Dallari em 56 decisões de fóruns e tribunais do país, além de uma biografia feita pela filha do homenageado, a jornalista Monica Dalari.

O senador citou três exemplos de decisões influenciadas pelo pensamento do professor, nas



Suplicy: Dallari pontua a sua atuação por um escrupuloso respeito às leis

áreas de direito da criança e do adolescente, da liberdade de expressão e na Lei da Ficha Limpa. Para Suplicy, Dallari é exemplo de ética e respeito à lei.

— Embora jamais tenha deixado de agir politicamente, o professor Dallari pontua a sua atuação por um escrupuloso respeito à Constituição e às leis.

### Morte de José Vasconcellos é lembrada

Eduardo Suplicy (PT-SP) requereu o registro em ata do falecimento do ator e humorista José Thomaz da Cunha Vasconcellos Neto, aos 85 anos, na madrugada de terça-feira, em São Paulo, em decorrência de problemas renais e insuficiência respiratória.

Suplicy lembrou a trajetória de José Vasconcellos, que começou sua carreira no rádio e ganhou fama pelas imitações das vozes de locutores e artistas. Em 1958, o humorista começou a se apresentar em casas de espetáculos em todo o Brasil, sendo considerado pioneiro da comédia *stand up* no país. Sua obra foi tema do documentário *Ele é o Espetáculo*, de Jean Carlo Szepilovski, que reúne depoimento de outros comediantes e trechos de participações de José Vasconcellos no rádio e na televisão.

O parlamentar registrou a atuação de José Vasconcellos no programa *Escolinha do Professor Raimundo* como o gago Rui Barbosa Sá Silva. E disse que o humorista Rick Regis, sobrinho de Vasconcellos, seguirá interpretando o personagem. O senador enviou pêsames à família do comediante.

### Viana assinala pioneirismo do humorista

Jorge Viana (PT-AC) propôs votos de pesar e de solidariedade à família do humorista José Vasconcellos (1926-2011), morto na madrugada de terça-feira em decorrência de problemas renais. O humorista nasceu no Acre e era neto de José Thomaz da Cunha Vasconcellos, ex-governador do estado. O senador salientou o pioneirismo do acriano no mundo das artes.

Aos 16 anos, venceu um programa de calouros na Rádio Clube no Rio de Janeiro. Na rádio, ficou conhecido por suas imitações, principalmente do músico Ary Barroso. Foi de José Vasconcellos também o primeiro programa humorístico da televisão brasileira: *A Toca do Zé*, exibido pela TV Tupi de São Paulo em 1952. O humorista fez sucesso ainda na *Escolinha do Professor Raimundo*, de Chico Anysio, na TV Globo. Seu último trabalho foi na *Escolinha do Barulho*, da Record. O senador ressaltou ainda que José Vasconcellos foi o primeiro a adotar o modelo de comédia *stand up* no Brasil.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Pronunciamentos

14h A sessão de hoje é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores e a comunicados da Mesa.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)

Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

### TV Senado

A TV Senado transmite às 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **Sessão Plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



### Dê ouvidos ao direito do seu filho

Os primeiros dias de vida de um bebê são determinantes para a sua formação e saúde. Por isso, a Lei 12.303/10 garante a seu filho o direito de fazer um exame de audição preventivo, o Teste da Orelhinha. O procedimento é gratuito e identifica se há necessidade de acompanhamento fonoaudiológico do recém-nascido. O ideal é que ele seja realizado no primeiro mês de vida. Peça o Teste da Orelhinha no hospital ou maternidade em que seu bebê nasceu.

Saiba mais:  
[www.senado.gov.br/testedaorelhinha/](http://www.senado.gov.br/testedaorelhinha/)

Peça o  
Teste da Orelhinha:  
não dói, é rápido  
e gratuito.



## Comissão rejeita projeto de *royalty* para o Exército

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) rejeitou ontem projeto que destinava receitas da exploração de recursos naturais para o Fundo do Exército, inclusive *royalties* do petróleo. Por 9 votos a 6, os senadores optaram por acompanhar voto em separado de Lindbergh Farias (PT-RJ), contrário à proposta (PLS 62/08) de Fernando Collor (PTB-AL). A matéria deve agora ser arquivada, pois chegou à CAE para decisão terminativa.

O relatório de Lindbergh, subscrito e apresentado por Blairo Maggi (PR-MT), cita informações do projeto do Orçamento para 2012 para afirmar que o aumento de tributos previsto na proposta de Collor poderia gerar arrecadação de R\$ 1,2 bilhão. Porém, isso iria gerar também repercussão sobre as tarifas de energia elétrica e sobre os preços dos combustíveis e das *commodities* metálicas.

Outro argumento contrário é que também haveria redução de R\$ 1,5 bilhão nos *royalties* que seriam distribuídos aos estados em 2012. Inácio Arruda (CE) e Vanessa Grazziotin (AM), ambos do PCdoB, contestaram esse efeito. Na dúvida, Blairo Maggi preferiu ficar contra, com a justificativa que estados e municípios já vivem à míngua. Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que seu partido é contra qualquer projeto que implique aumento de impostos.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que o mérito da matéria era indiscutível, mas também se posicionou contra com o argumento de que o destino dos *royalties* e das compensações deve ser fruto de debate mais amplo – no caso dos *royalties*, conforme lembrou, uma discussão que já está acontecendo no Plenário.

Em decorrência de pedido de vista coletiva, a CAE adiou a decisão sobre proposta de bolsa qualificação para universitários em administrações estaduais e municipais. Pelo projeto (PLS 9/10), de Renan Calheiros (PMDB-AL), os estudantes poderiam abater parcela da dívida com o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que o projeto é inconstitucional porque “a União não carece de autorização para firmar convênios com estados e municípios”. Cyro Miranda (PSDB-GO) apontou problemas jurídicos, inclusive a vinculação entre a bolsa qualificação e o salário mínimo.

Na comissão formada para propor uma solução ao impasse sobre a partilha dos *royalties* do petróleo, senador antecipa que vai procurar a equipe econômica na semana que vem para negociar redução na participação federal

# Vital do Rêgo sugere que União ceda 20% de sua participação no petróleo

O SENADOR VITAL do Rêgo (PMDB-PB), relator do projeto (PLS 448/11) que tem servido de base para negociações sobre a partilha dos *royalties* do petróleo, afirmou que vai propor à União a redução de 20% na sua cota de participação especial paga pelas empresas petrolíferas. Hoje, a União fica com 50% desses recursos, e Vital sugere 40%. A comissão formada para resolver o impasse discutiu o relatório preliminar na terça-feira.

– O governo sabe que, para chegarmos perto de um entendimento no que diz respeito aos valores que cada um vai receber, precisa reduzir sua cota na participação especial, por isso vamos levar nesta semana a proposta à equipe econômica e creio que será bem recebida – afirmou.

O parlamentar não quis dar detalhes sobre o seu relatório, que está, segundo disse, sofrendo constantes modificações. Vital informou que trabalha em cima da projeção de arrecadação de R\$ 28 bilhões para 2012 a título de *royalties*



Senador Vital do Rêgo (C) continua a discutir pontos de seu relatório na segunda-feira. Prazos de trabalho serão mantidos

e participação especial. Desse total, os estados e municípios produtores ficariam com cerca de R\$ 12 bilhões; a União, com R\$ 8 bi; e os estados e municípios não produtores com outros R\$ 8 bilhões.

Conforme ficou definido na terça-feira, a comissão se reúne de novo na próxima segunda-feira, quando o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) e o deputado federal Marcelo Castro (PMDB-PI) vão apresentar duas

novas sugestões que podem ou não ser incorporadas ao texto.

Dornelles adiantou que vai propor a atualização das tabelas relativas à participação especial que, segundo ele, estão defasadas.

– Apenas 18 campos pagam atualmente a participação especial. Além disso, os valores não acompanharam os preços do barril de petróleo. Corrigindo essa defasagem, já ganharíamos R\$ 8 bi, que poderiam ser divi-

didos aos estados e municípios não produtores – explicou.

O deputado Alessandro Molon (PT-RJ) voltou a garantir que o Rio de Janeiro não aceita mexer nos contratos já licitados, que estão em vigor.

Os integrantes da comissão garantiram que os prazos de trabalho estão mantidos: conforme acordado entre os líderes das duas Casas, o PLS 448/11 deve ir ao Plenário do Senado na próxima quarta-feira.



Dornelles detalha suas propostas de divisão dos lucros do petróleo

## Dornelles apresenta suas propostas ao Plenário

Francisco Dornelles (PP-RJ) apresentou em Plenário suas propostas para distribuição de resultados da exploração de petróleo no pré-sal e no pós-sal. A primeira trata de resultados do pré-sal em campos licitados em regime de partilha. Nesse caso, o senador sugere dividir igualmente, entre estados e municípios produtores e não produtores, o óleo excedente, ou seja, o lucro da exploração.

Nos regimes de concessão já

licitados, cujos contratos estão em vigor, esse lucro é destinado exclusivamente aos estados e municípios produtores, na forma de participação especial.

Já para o pós-sal, Dornelles propõe a atualização sistemática da cobrança da participação especial, vigente sem alterações desde 1997. Segundo o senador, a cobrança não incorporou o crescimento da produção e a evolução dos preços do petróleo de 1997 até os dias de hoje.

Dornelles propõe também a majoração da alíquota de *royalties*, em campos que vierem a ser licitados, de 10% para 20%. Com base em 2010, esse aumento proporcionaria R\$ 10 bilhões adicionais, de modo que os atuais R\$ 9,8 bilhões passariam para R\$ 19,8 bilhões. Desse total, R\$ 9,7 bilhões iriam para estados e municípios produtores, R\$ 8,7 bilhões para estados e municípios não produtores e R\$ 1,4 bilhão para a União.

## Magno Malta pede a Gleisi atenção a estados produtores

Magno Malta (PR-ES) relatou em Plenário, ontem, que pediu à ministra da Casa Civil, a senadora licenciada Gleisi Hoffmann (PT-PR), mais atenção para os estados produtores de petróleo. Ele ressaltou que, na hipótese de um vazamento, caberá aos produtores tomar as medidas para minimizar o acidente.

– Quem vai responder por isso somos nós: Rio de Janeiro, Espírito Santo. Não vai ser Goiás, não vai ser qualquer outro estado, que está participando do bônus, mas não participará do ônus. Porque *royalty* é



O senador lembra que *royalty* é pagamento de passivo ambiental

pagamento de passivo ambiental, de passivo social – afirmou.

O parlamentar disse que a ministra “é muito gentil” e entendeu o pedido. Ele agradeceu a intercessão do presidente do Senado, José Sarney, e de Walter Pinheiro (PT-BA) para que a ministra o recebesse.

## Inácio Arruda quer explicações sobre atraso de leilão

Inácio Arruda (PCdoB-CE) cobrou explicações do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e do diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Haroldo Borges Rodrigues Lima, sobre o atraso na definição da data, pelo governo federal, de realização do leilão da 11ª Rodada de Petróleo e Gás da ANP.

O leilão foi aprovado em abril deste ano pelo Conselho Nacional de Política Energética, mas sua data ainda não foi marcada.

– Onde está a dificuldade?



Senador diz que atraso prejudica os estados das regiões Norte e Nordeste

Nós precisamos de uma informação clara do ministro de Minas e Energia e do diretor-geral da ANP – disse.

Segundo o senador, a 11ª Rodada de Petróleo e Gás engloba bacias sedimentares das regiões Norte e Nordeste e trará grandes benefícios para os estados das duas regiões.

## Diretor do FMI será convidado para audiência no Senado

Entre os temas que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discutirá em futuras audiências públicas, estão a crise financeira internacional, a política monetária do governo, a relação entre os *royalties* do petróleo e as finanças públicas,

os resultados do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2 e a desindexação de contratos públicos.

Os debates foram pedidos por Lindbergh Farias (PT-RJ) e a comissão os acatou. As datas ainda não foram marcadas.

A CAE também aceitou o pedido de Ana Amélia (PP-RS) para uma audiência pública que aborde os limites de faturamento para que as empresas se enquadrem na tributação de lucro presumido.

O professor e economista

Paulo Nogueira Batista Jr., que é um dos diretores do Fundo Monetário Internacional (FMI), será convidado para a audiência sobre a crise internacional. A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, será convidada para discutir o PAC 2.

Segundo o senador por Rondônia, que é relator da receita do Orçamento para 2012, diferença de recursos em relação à estimativa feita pelo governo será destinada a investimentos por meio de emendas parlamentares

# Gurgacz estima R\$ 25,6 bilhões a mais na receita da União para 2012

O PRIMEIRO RELATÓRIO sobre a receita do Orçamento para 2012, elaborado pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO), prevê acréscimo de R\$ 25,6 bilhões na receita líquida da União. Assim, a estimativa inicial do Executivo, de R\$ 911,7 bilhões, passou a R\$ 937,3 bilhões. A receita bruta passou para R\$ 1,97 trilhão, com acréscimo de R\$ 29,9 bilhões.

O mesmo relatório menciona crescimento de 4,5% do produto interno bruto (PIB), contra a previsão oficial de 5%. Já a inflação chegará a 6%, em vez dos 4,8% estimados pelo Executivo, e mais próxima do percentual previsto pelo mercado, de 5,96%. A taxa de juros básica, hoje em torno de 12% ao ano, foi estimada em 10,5%.

O relatório preliminar foi entregue na terça-feira por Acir Gurgacz à Comissão Mista de Orçamento (CMO). O texto e as emendas a serem apresentadas a ele deverão ser votados na comissão na próxima semana.

No começo de novembro, o Ministério do Planejamento deverá encaminhar à CMO documento com a eventual atualização dos parâmetros econômicos para 2011 e as projeções empregadas para elaboração da peça orçamentária de 2012, sem que isso comprometa o relator da receita com a realização de possíveis reestimativas.

O relatório final com as estimativas conclusivas será entre-

gue pelo senador no começo de dezembro. Nele deverão estar incluídas outras receitas, como as provenientes da concessão de licenças para operação na frequência 4G – telefonia móvel e internet –, além das originárias da exploração de petróleo na camada pré-sal.

## Emendas

Ao justificar as mudanças feitas em relação às previsões oficiais da receita orçamentária, Gurgacz considerou que o governo vem arrecadando em 2011 mais que o previsto. Logo, explicou, a base de cálculo para a receita de 2012 deve ser maior.

No cálculo entram indicadores econômicos como o IPCA, que

mede a inflação, e o PIB, que mede o crescimento econômico do país; as variações cambiais e das taxas de juros; e as incertezas do mercado num cenário de crise internacional.

Segundo Gurgacz, os R\$ 25,6 bilhões a mais na receita líquida, formados em sua maior parte por receita atípica ou transitória, serão destinados a investimentos nos estados e municípios, por meio de emendas parlamentares.

A destinação será definida na Comissão Mista de Orçamento nos próximos dias. Gurgacz explicou que as receitas transitórias devem ser usadas para despesas que não requerem continuidade.



Senador entregou na terça, à CMO, o primeiro relatório sobre a receita

## Números do relator

Além da diferença na receita, relatório de Acir Gurgacz também previu inflação maior e crescimento menor da economia para 2012 em relação aos cálculos do governo



## Senador diz que reuniões com técnicos do governo ajudaram na relatoria

Acir Gurgacz explicou, na terça-feira, o trabalho desenvolvido nos últimos 50 dias como relator da receita do Orçamento para 2012 na CMO. Ele disse que manteve sucessivas reuniões de trabalho com autoridades e técnicos dos ministérios do Planejamento, Fazenda e Minas e

Energia, além das secretarias da Receita Federal, do Orçamento Federal, Geral da Fazenda e do Tesouro Nacional.

O senador assinalou que o objetivo desse trabalho conjunto foi eliminar dúvidas que permaneciam após o exame das receitas da proposta, bem

como identificar possíveis lacunas contidas nas estimativas. Ele relatou que a conclusão foi que as receitas primárias estavam estimadas abaixo de seu potencial para 2012.

– O exame de informações mais recentes permitiu-nos confirmar que houve um novo

aumento na receita realizada no mês de agosto, repetindo os sucessivos recordes de arrecadação que vêm sendo observados ao longo deste exercício, suplantando com folga não apenas a arrecadação do mesmo período do ano anterior, mas as previsões da Lei Orçamentária

para 2011. E, sobretudo, as estimativas do próprio Executivo.

Gurgacz disse que, com isso, incorporou à base de 2011 a receita efetivamente realizada até agosto, acrescida de estimativa para o restante do exercício, analisando o comportamento recente da arrecadação.

## Walter Pinheiro defende flexibilização de imposto para carro importado

Walter Pinheiro (PT-BA) recomendou ao governo a flexibilização do Imposto sobre Produtos Importados (IPI) para montadoras estrangeiras. Ele sugeriu uma tabela progressiva com base no índice de nacionalização dos produtos.

– Essa flexibilização servirá de estímulo e comprometimento maior das montadoras com suas unidades aqui no Brasil – argumentou o senador.

No mês passado, lembrou, o governo aumentou em até 30% o IPI sobre carros importados, como forma de proteger a indústria nacional. A espec-



Senador propõe tabela com base em índice de nacionalização

tativa do mercado era de que as montadoras comercializassem 3 milhões de carros em 2011, sendo um terço de importados. A medida do governo foi uma forma de proteger os empregos nacionais, explicou.

– Mas passado pouco mais de um mês, o cenário econômico sofreu mudanças, inclusive com inversão

cambial. Por isso, são necessárias medidas de ajuste – afirmou Pinheiro, ressaltando que a flexibilização do IPI ajudaria a atrair empresas para o Brasil.

– É fundamental fazer esses ajustes – defendeu.

## Flexa Ribeiro aponta prejuízos da Lei Kandir ao Pará e pede regulamentação

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lamentou os prejuízos impostos ao estado do Pará pela vigência da Lei Kandir. Pelos cálculos apresentados por ele, o estado perdeu cerca de R\$ 20 bilhões. O parlamentar também lamentou a falta de vontade do governo federal para dar andamento a projetos para regulamentar a Lei Kandir de forma mais

favorável aos estados produtores de minérios.

Flexa Ribeiro também registrou o apelo dos pescadores do Pará que solicitam a ampliação do seguro-defeso para cobrir algumas categorias de



Pescadores querem ampliação do seguro-defeso, diz senador

pescado que não são atendidas pelas regras atuais, incluindo as que foram retiradas em 2011. O senador protestou contra o uso irregular do seguro-defeso, que teria sido usado em todo o Brasil como “moeda de coerção para obter votos”, e denunciou que no Pará 44% dos benefícios são distribuídos de forma irregular.

O senador protestou ainda contra decisão do ex-presidente Lula de excluir a Amazônia Legal da possibilidade de produção de cana-de-açúcar. Ele lamentou as consequências negativas da decisão para os produtores da região.

## Vanessa defende renovação do Protocolo de Kyoto

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lamentou os estragos causados por fortes chuvas que caíram sobre Manaus e assinalou que o Amazonas é mais uma região que sofre com fenômenos ambientais adversos decorrentes da interferência humana. A senadora manifestou preocupação com a falta de compromisso das nações com a preservação ambiental e disse que a última reunião preparatória da Conferência das Partes em Durban deixou a desejar.

Marcada para novembro, na África do Sul, a conferência será uma oportunidade para a renovação do Protocolo de Kyoto, que estabelece metas para que os países desenvolvidos controlem suas emissões de gases tóxicos. Na opinião de Vanessa, por ter a maior floresta tropical do mundo, o Brasil deve assumir a vanguarda do movimento que garantirá a renovação do protocolo.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Brasil deve liderar movimento pela preservação ambiental, diz senadora

## Viana comemora MP para prevenção de calamidades

Jorge Viana (PT-AC) comemorou na terça-feira a aprovação pelo Congresso Nacional da Medida Provisória 537/11, que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 500 milhões para os ministérios da Defesa e da Integração Nacional.

O senador enfatizou a importância do relatório de Cyro Miranda (PSDB-GO), que destinou R\$ 50 milhões para programas de prevenção e reconstrução nos casos de calamidade pública e situações de emergência.

– Não podemos assistir inertes à chegada da calamidade para então tomarmos providências. O que se quer é que o poder público tenha suficiente capacidade para agir antes que as tragédias aconteçam – alertou o parlamentar.

Para Viana, a medida aprovada indica “o compromisso governamental da presidente Dilma de minimizar os efeitos de tragédias vindouras”.



Moreira Matiz/Senado Federal

Para Viana, objetivo é dar ao governo capacidade para agir antes da tragédia



José Luiz/Senado Federal

Senadores participam da sessão da CAE em que se aprovou o projeto que tira da Eletrobras a gestão da RGR, fundo que recebe encargo cobrado na conta de luz

## Comissão tira da Eletrobras poder sobre tributo da luz

CAE aprovou projeto que transfere a administração da Reserva Global de Reversão para entidade a ser criada; fundo é alimentado com encargo cobrado na conta de eletricidade

PROJETO APROVADO ANTE-ONTEM pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) tira da Eletrobras a gestão da Reserva Global de Reversão (RGR), fundo que financia incorporações de empresas e melhorias nos serviços de energia elétrica. O dinheiro da RGR é pago pelos cidadãos na conta de luz.

A proposta (PLS 355/11) transfere essa função para uma entidade, a ser definida pelo Poder Executivo, que não seja controladora de concessionária de geração, transmissão ou distribuição de energia.

A autora do projeto, Lúcia Vânia (PSDB-GO), aponta a existência de conflitos de

interesse na gestão da RGR pela Eletrobras. Ela diz que é a estatal quem escolhe os beneficiários dos recursos e vem direcionando as aplicações a empresas controladas por ela própria. Segundo a senadora, esses conflitos ficaram mais evidentes após a privatização das estatais do setor elétrico.

Com o projeto, Lúcia Vânia diz buscar a transparência e a gestão eficaz dos recursos. De acordo com ela, a transparência foi um compromisso assumido pelo próprio governo nos debates que antecederam a mais recente prorrogação da RGR, no ano passado.

O relator do projeto, Aloysio

Nunes Ferreira (PSDB-SP), afirma que “neutralidade na gestão é o mínimo que se exige de encargo tão oneroso para o consumidor brasileiro”.

Os recursos da RGR derivam de cotas anuais pagas pelas empresas concessionárias do setor elétrico, que são computadas nos custos dos serviços. Acabam, portanto, sendo pagos pelos cidadãos.

Desde que foi criado, em 1957, o fundo foi colocado sob a gestão da Eletrobras. Atualmente, acumula R\$ 16 bilhões.

O projeto agora vai para a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para decisão terminativa.

## Eunício fala de projeto que levará água ao Ceará inteiro

Eunício Oliveira (PMDB-CE) registrou a assinatura, pelo governo cearense, do termo de compromisso do projeto do Cinturão das Águas do Ceará – que prevê a construção de 3 mil quilômetros de canais e adutoras que levarão água a todo o estado.

Lembrando que o cearense do interior sofre com a falta de água, Eunício afirmou que agora será possível licitar o primeiro trecho da obra, que terá

extensão de 150 quilômetros, do município de Jati ao de Cariús, e investimento de R\$ 1,5 bilhão, entre recursos federais e estaduais.

– Nosso desejo é que não haja mais miseráveis no Ceará em poucos anos. A expectativa do governo federal, registrada em pesquisas do IBGE e do Ipea, é que é possível erradicar a miséria absoluta do Brasil até 2016. Queremos antecipar essa data – afirmou.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Eunício Oliveira faz pronunciamento sobre o Cinturão das Águas do Ceará

De acordo com o parlamentar, o Cinturão das Águas do Ceará vai proporcionar “segurança hídrica” a 92% da população do estado.

## Moka celebra 34 anos de Mato Grosso do Sul

Waldemir Moka (PMDB-MS) registrou o 34º aniversário de criação do estado de Mato Grosso do Sul. O senador lembrou que várias pessoas contribuíram para o sucesso do desmembramento do então estado de Mato Grosso e para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, cumprimentando todos os ex-governadores



Moreira Matiz/Senado Federal

Desmembramento do estado foi obra bem-sucedida, afirma senador e o atual governador, André Puccinelli.

Moka disse que o governo atual do estado gasta apenas o que arrecada, o que permite

realizar investimentos importantes. No último dia 3, o governador fez uma prestação de contas ressaltando o aporte de R\$ 542 milhões no Programa MS Forte.

– É, sem dúvida, um investimento ambicioso e muitas obras já foram entregues, como uma rede de hospitais que garante a regionalização do atendimento e dezenas de escolas reformadas, além da construção de novas salas de aula. A presença do governo do PMDB está em todos os municípios do estado – disse.

## José Agripino quer excluir Fundeb dos gastos com saúde

José Agripino (DEM-RN) disse que seu partido lutará para excluir da relação de verbas que podem ser consideradas gastos com saúde as despesas com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O líder do DEM lamentou que a Câmara, numa “inclusão perversa e cavilosa”, tenha inserido os gastos com o Fundeb na regulamentação da Emenda 29, que obriga a aplicação de percentuais mínimos da arrecadação pública no setor de saúde.

O senador lembrou que a regulamentação da Emenda 29 foi aprovada na Câmara depois que seu partido colocou a votação como pré-condição para aprovar a criação da Comissão da Verdade, que analisará crimes cometidos durante o regime militar. Ele afirmou que a legenda também conseguiu invalidar a criação de uma nova CPMF.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Segundo líder do DEM, partido evitou criação de novo imposto para a saúde

## Lúcia Vânia pede alterações no FPE e no FPM

Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu na terça-feira alterações nos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). A senadora lembrou que os critérios para a repartição dos recursos do FPE já foram declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal e que sua vigência termina em 2012.

– O FPE precisa ser reformado, ou será extinto, pois cabe ao Congresso Nacional produzir novos critérios de rateio, respeitando os ditames constitucionais de diminuição das desigualdades regionais – advertiu.

Sobre o FPM, a senadora disse que é preciso elevar as alíquotas e tornar o fundo menos vulnerável, já que alguns dos impostos que geram recursos para esse fim sofrem alterações quando o governo federal precisa combater crises.

– Penso que é preciso torná-lo menos vulnerável, pois tem forte caráter distributivo.



Moreira Matiz/Senado Federal

Senadora defende a reforma do FPE e o fortalecimento do FPM

A Representação Brasileira conta hoje com 37 parlamentares e chegará, nas eleições gerais de 5 de outubro de 2014, a 75 representantes – eleitos pelo sistema proporcional, com uso de listas partidárias

## Câmara e Senado discutem regras para eleição ao Parlasul

AO MESMO TEMPO em que os 37 deputados e senadores indicados para compor a nova Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) se preparam para participar da primeira sessão do ano, em Montevideu, avançam no Congresso duas iniciativas para regulamentar as eleições diretas dos representantes brasileiros no legislativo regional. Uma delas tem a tramitação mais adiantada na Câmara. Outra é mais recente, originada no Senado.

A Representação Brasileira é composta por deputados e senadores no exercício de seus mandatos. Por meio de acordo político firmado no ano passado com os demais países do bloco, a representação passará de 18 para 37 membros a partir deste ano. A implantação definitiva do Parlasul prevê a escolha direta dos representantes dos países que integram o Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Dos quatro, apenas o Paraguai já realizou eleições. A eleição brasileira

está prevista para 2014, quando serão escolhidos 75 representantes (número definitivo de brasileiros no Parlasul).

Na Câmara, tramita há dois anos o PL 5.279/09, do deputado Carlos Zarattini (PT-SP). O texto já recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, elaborado pelo deputado Dr. Rosinha (PT-PR), e agora será votado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde tem voto favorável do relator, deputado Jutahy Junior (PSDB-BA). Segundo texto aprovado pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara, as primeiras eleições diretas para parlamentares do Mercosul ocorrerão em 5 de outubro de 2014. Os 75 parlamentares serão escolhidos pelo sistema proporcional, com utilização de listas nacionais preordenadas de candidatos, registradas pelos partidos. Ao elaborarem suas listas, os partidos deverão reservar os cinco primeiros lugares a candidatos de cada uma das cinco regiões do país.



Lindbergh Farias (E) propõe que cada estado eleja um parlamentar. O relator, Valadares (D), concorda

## Proposta que tramita no Senado prevê uso de sistema eleitoral misto

Já o projeto que tramita no Senado divide em duas partes a Representação Brasileira no Parlasul. Dos 75 parlamentares a serem eleitos, 48 seriam escolhidos por meio de listas partidárias nacionais preordenadas. Os 27 restantes representariam cada unidade da Federação e seriam escolhidos pelo sistema majoritário.

A proposta (PLS 126/11) é do senador Lindbergh Farias (PT-RJ) e encontra-se na Comissão de Relações Exteriores

e Defesa Nacional (CRE), onde tem como relator o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). E ainda passará pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa.

Lindbergh argumenta que considera importante que o Senado dê a sua contribuição ao debate, de modo que nenhuma unidade da Federação deixe de ter pelo menos um integrante na Representação Brasileira no Parlasul.

## Ana Amélia elogia atuação comercial do Itamaraty

O desempenho do Ministério das Relações Exteriores relativo ao comércio internacional foi elogiado na terça-feira pela senadora Ana Amélia (PP-RS). A atuação da diplomacia brasileira no mercado mundial vem sendo “qualificada, pontual, oportuna, necessária, extremamente competente e prudente”.

O Itamaraty ampliou sua equipe especializada em contenciosos e disputas comerciais e criou uma força tarefa específica para as relações Brasil-China, apontou, por exemplo, a senadora. Além disso, o Itamaraty assinou recentemente protocolo com a Advocacia-Geral da União (AGU) para aperfeiçoar a atuação brasileira em negociações perante a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Para Ana Amélia, essas ações mostram que o Brasil busca suprir sua necessidade de divulgar de maneira mais agressiva os produtos nacionais no mercado mundial.



Para Ana Amélia, ministério qualificou seu desempenho na área de comércio internacional

– O comércio mundial de bens e serviços vive momento delicado – disse a senadora, referindo-se às dificuldades enfrentadas pela maioria dos países frente à crise econômica internacional.

Ana Amélia aproveitou para comentar notícias de que determinado carro popular é vendido no Brasil por R\$ 26 mil, enquanto o mesmo veículo custa R\$ 18 mil na vizinha Argentina.

– O Ministério Público Federal já está pedindo ao Ministério da Fazenda informações para avaliar por que o preço do automóvel no Brasil é tão diferente, tão mais caro do que o praticado na Argentina ou do que nos Estados Unidos.

## Raupp celebra memória de Ulysses e papel do PMDB

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO), celebrou a memória de Ulysses Guimarães, nascido em 6 de outubro de 1916 e morto em 12 de outubro de 1992, em um acidente de helicóptero em Angra dos Reis (RJ), e destacou o papel fundamental do político para a história do PMDB e do Brasil.

– As suas contribuições permaneceram e nos ajudaram a transformar o PMDB no maior partido do Brasil e a pavimentar a estrada que permitiu ao país ser respeitado internacionalmente pelas oportunidades reais de uma economia estável e de uma democracia consolidada – disse.

Raupp – que hoje ocupa posição já ocupada por Ulysses, a presidência do partido – ressaltou o sentimento partidário que havia no político, de uma unidade que ainda está viva entre os integrantes do PMDB.

– Filiado há 30 anos e, hoje, como presidente do PMDB, tenho a satisfação de continuar esse trabalho iniciado pelo Dr. Ulysses – declarou Raupp, dizendo que percorreu os estados para fortalecer o partido para as eleições municipais do ano que vem.

Segundo o senador, “a consolidação do PMDB teve em Dr. Ulysses um protagonista exemplar”, que enfrentou a ditadura e fez com que o partido buscasse “seus ideais de uma sociedade justa, igualitária e, acima de tudo, democrática”.

– Foi o PMDB que ajudou a escrever



Senador ocupa hoje a presidência do PMDB, cargo que também foi ocupado por Ulysses

a história recente do Brasil, principalmente nos debates para as eleições diretas, e, assim, aprendeu a respeitar divergências, inclusive dentro do próprio partido – continuou.

Segundo o senador, graças à força do PMDB o Brasil teve a Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, presidida por Ulysses, e eleição direta para a Presidência da República, em 1989.

– Inspirado em Ulysses, somos um partido genuinamente nacional, de luta e sintonizado com os anseios populares. O PMDB tem uma história de compromisso com o Brasil – disse Raupp.

Hoje, continuou, o PMDB também contribui para o desenvolvimento do país: tem em suas fileiras o vice-presidente, Michel Temer, 2,3 milhões de filiados e, na última eleição, 66 milhões de votos. Também foram eleitos cinco governadores, oito vice-governadores, 78 deputados federais, 172 deputados estaduais e 20 senadores, além de 1.175 mil prefeitos, 906 vice-prefeitos e 8,5 mil vereadores.

### Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney  
1º vice-presidente: Marta Suplicy  
2º vice-presidente: Wilson Santiago  
1º secretário: Cícero Lucena  
2º secretário: João Ribeiro  
3º secretário: João Vicente Claudino  
4º secretário: Ciro Nogueira  
Suplentes de secretário:  
Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto  
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### Presidência da Sessão

A sessão de terça-feira do Senado Federal foi presidida por Wilson Santiago • José Sarney • Paulo Paim

### Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem:  
Teresa Cardoso e Milena Galdino  
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer  
Reportagem: Cíntia Sasse  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## Santiago presta homenagem a Campina Grande

Wilson Santiago (PMDB-PB) homenageou o município paraibano de Campina Grande, que completou 147 anos anteontem, e os municípios de Brejo do Cruz, Taperoá, Catingueira, São João do Rio do Peixe e Conceição, que também comemoram aniversário em outubro. Para Santiago, os municípios têm dado grande contribuição ao desenvolvimento da Paraíba.

O senador também fez um apelo ao Ministério da Integração Nacional para que se restabeleça o fornecimento de água em carros-pipa à população de áreas que sofrem com a falta de chuva. Segundo ele, o fornecimento está suspenso na Paraíba e em outros estados nordestinos.

– Essa falta de chuva tem prejudicado não só a periferia das pequenas cidades, como também a zona rural – afirmou Santiago.



Senador parabeniza município paraibano que completou 147 anos

## Vital do Rêgo reforça parabéns à cidade paraibana

Vital do Rêgo (PMDB-PB), em discurso na terça-feira, também homenageou Campina Grande pelos 147 anos de emancipação política, completados naquela data. O parlamentar destacou as duas principais vocações da cidade: o empreendedorismo e a educação. Ele contou que a Secretaria Municipal de Educação é administrada por seu filho, Veneziano Vital.

Segundo o senador, Campina Grande é a segunda maior cidade do estado, que contribui com 15% do produto interno bruto (PIB) da Paraíba, e é o 120º maior município do país. Ele mencionou pesquisa da revista *Você S.A* que posiciona a cidade como a 70ª melhor para se trabalhar no país, graças a fatores educacionais, ao vigor econômico e aos serviços de saúde.

Os investimentos em infraestrutura também vêm atraindo empresas para a cidade, que foi a primeira a contratar, iniciar e inaugurar obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), disse Vital.

Vital do Rêgo também mencionou as cidades paraibanas Brejo do Cruz, Taperoá e Conceição, que aniversariam em outubro.

Categoria criada para estimular a formalização de pequenas atividades – como as de açougueiro, alfaiate, barbeiro e eletricitista – poderá receber programas nacionais de crédito, segundo proposta aprovada por unanimidade em comissão



Delcídio do Amaral (E), Renan Calheiros e Gim Argello participaram da sessão na Comissão de Assuntos Econômicos que aprovou o projeto em decisão terminativa

# Empreendedor individual pode ganhar acesso a fundos e outros financiamentos

O EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (EI), que recolhe tributos pelo Simples Nacional, pode ganhar acesso aos fundos constitucionais de financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). Projeto (PLS 59/10) aprovado anteontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) também estende a essa categoria benefícios do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo (PNMP) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A proposta, de Renan Calheiros (PMDB-AL), ganhou apoio unânime na comissão. Com recomendação favorável do

relator, Cyro Miranda (PSDB-GO), que atuou no lugar de Ciro Nogueira (PP-PI), o texto recebeu decisão terminativa e agora segue para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para votação em Plenário.

– A matéria é muito importante para a economia brasileira e a formalização dos negócios – salientou Renan.

Pela legislação atual, podem se enquadrar como empreendedores individuais os autônomos com receita anual de até R\$ 36 mil. Mas esse teto deverá subir para R\$ 60 mil anuais assim que for sancionado o projeto com

alterações no Estatuto da Micro e Pequena Empresa, que acabou de ser aprovado pelo Congresso.

A categoria de empreendedor individual foi criada para estimular a formalização em pequenas atividades, como as de açougueiros, alfaiates, barbeiros, costureiros e eletricitistas, entre outras funções. Com a formalização, eles passam a ter cobertura previdenciária para si e para a família, pagando apenas 11% sobre o salário mínimo. Ficam isentos de tributos federais e recolhem apenas R\$ 5 de ISS para os municípios e R\$ 1 de ICMS para os estados.

Na justificativa do projeto, Renan observa que o PNMP, que incentiva a geração de trabalho e renda, já liberou créditos de R\$ 6,6 bilhões entre 2005 e 2009. Ele considera que a inclusão do empreendedor individual entre os beneficiários dos fundos constitucionais é compatível com o desenvolvimento regional. Os três fundos contavam com cerca de R\$ 15 bilhões para novos créditos em 2010. Além de bancar benefícios diretos aos trabalhadores, como o seguro-desemprego e atividades de qualificação, o FAT também alimenta linhas do BNDES.

## Reditario pede restrição de direitos de presidiários, mas nega apoiar chicote

Reditario Cassol (PP-RO) afirmou que o povo brasileiro apoia seu projeto (PLS 542/11) que restringe direitos de presidiários. Segundo ele, são “milhares de manifestações de apoio”. O projeto prevê aumento dos prazos para progressão de regime, fim das saídas temporárias para condenados por crimes hediondos, extinção do auxílio-reclusão e trabalho para presos, nas prisões.

De acordo com o senador, sua frase sobre chicote no discurso do dia 6 teria sido usada fora de contexto pela imprensa. “Em nenhum momento defendi a volta do chicote. Só expliquei que fiz parte disso, como subdelegado”, alegou. Ele disse ainda que fazia seu último discurso no Plenário, já que é suplente de seu filho, Ivo Cassol (PP-RO), que deve voltar ao Senado em novembro.



Esse foi, segundo o senador, seu último discurso, já que seu filho, do qual é suplente, volta ao Senado

## Inácio Arruda: Senado deve buscar solução nos impasses de greve

Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que os senadores podem ter um importante papel nas negociações entre governo, patrões e trabalhadores em greve, como bancários e profissionais da educação.

– Temos que ajudar a intermediar, a resolver, a dialogar e buscar uma saída.

Para o senador, é necessário “um franco diálogo” com apoio do Legislativo. Ele informou já ter conversado com dirigentes do Sindicato dos Bancários do Estado do Ceará, da CUT e da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB).

– Eles mostraram que os ganhos dos bancos são estratosféricos. Não existe razão para resistência tão tenaz dos bancos em melhorar um pouquinho a pedida dos bancários. É preciso sensibilidade para que a gente possa fazer com que essa categoria tão importante para o Brasil também seja atendida – disse.

Inácio também fez um apelo a todas as TVs e rádios públicas brasileiras para que integrem a campanha criada pelo Senado sobre o teste da orelhinha, para divulgar o exame clínico que detecta problemas auditivos logo nos primeiros dias de vida.

## Paulo Paim defende valorização do professor e destaca Dia das Crianças

Paulo Paim (PT-RS) manifestou apoio aos professores brasileiros, que comemoram seu dia neste sábado. O parlamentar afirmou que o poder público vem, aos poucos, valorizando o professor, mas alertou que essa valorização ainda está muito distante do ideal. Lamentou que o piso salarial dos professores, implantado em 2008, não venha sendo pago em vários estados.

O senador se disse “totalmente favorável” à proposta da União Nacional dos Estudantes (UNE) de destinar 10% do produto interno bruto (PIB) para a educação.

Paim assinalou também a passagem do Dia das Crianças, citando dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) segundo os quais de cada cem crianças brasileiras, seis trabalham.



Paim diz que a valorização dos professores já acontece, mas ainda está muito longe do ideal

## Dilma sanciona lei que estabelece aviso prévio de até 90 dias

A presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou terça-feira a lei que concede ao trabalhador aviso prévio de até 90 dias, proporcional ao tempo de trabalho. Atualmente, o aviso prévio é de 30 dias.

O novo texto determina que,

para até um ano de trabalho, o aviso prévio será de 30 dias. A esse período, serão acrescentados três dias para cada ano de serviço na mesma empresa, até o limite de 60 dias. Assim, uma empresa que demitir um empregado com mais de 20 anos de

trabalho terá de conceder aviso prévio de 90 dias.

O projeto (PLS 89/89), de autoria do então senador Carlos Chiarelli, tramitou por mais de 20 anos no Congresso Nacional. Segundo Paulo Paim (PT-RS), a tramitação demorou porque

não havia interesse dos empresários. A justificativa era já haver proteção aos trabalhadores com o FGTS. Mas, observou Paim, o aviso prévio visa evitar demissões, diferentemente do FGTS, que garante a sobrevivência do trabalhador quando demitido.

Projeto, que agora vai para a Câmara, reforça caixa do programa que incentiva formação escolar, profissional e cidadã de jovens de baixa renda; neste ano, Projovem receberia R\$ 176 milhões dos jogos federais

## Senado aprova envio de 2% da renda das loterias para o Projovem

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, na terça-feira, projeto de lei que destina 2% da arrecadação das loterias federais ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). No ano passado, de acordo com a Caixa Econômica Federal, as loterias arrecadaram R\$ 8,8 bilhões.

O projeto de lei (PLS 570/09), do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), seguirá agora para análise da Câmara dos Deputados.

O Projovem, do governo federal, tem como objetivo integrar os jovens à escola e qualificá-los profissionalmente,

além de promover outras ações. No ano passado, o programa beneficiou cerca de 1 milhão de pessoas.

De acordo com Inácio Arruda (PCdoB-CE), relator da proposta, uma arrecadação anual de R\$ 8,8 bilhões resultaria num repasse de R\$ 176 milhões para o programa (2% do total). Segundo ele, esse valor representaria um acréscimo de 14% ao orçamento do Projovem para este ano.

### Exportação

Outro projeto de lei aprovado pela CAE e que será enviado à Câmara é o

PLS 185/10, que autoriza o Poder Executivo a criar uma zona de processamento de exportação (ZPE) no município de Cristalina, em Goiás. Como o texto tem caráter apenas autorizativo, cabe ao Executivo decidir se vai implementá-lo. O autor da proposta é o senador Gim Argello (PTB-DF).

Durante a reunião de ontem da Comissão de Assuntos Econômicos, o senador Blairo Maggi (PR-MT), ao comentar outra proposta que estava sendo discutida, lembrou que o Executivo não precisa de projetos autorizativos para tomar esse tipo de decisão.



Jovens participam de curso promovido pelo Projovem, programa interministerial que oferece capacitação educacional e profissional em todo o país

## Alvaro quer informação sobre denúncias contra loterias

Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou, na terça-feira, requerimento de informações ao Ministério da Justiça e à Caixa Econômica Federal sobre inquéritos e eventuais ações judiciais decorrentes das denúncias de fraude e lavagem de dinheiro no pagamento dos prêmios de loterias. O senador lembrou que, de 2004 a 2007, fez inúmeros alertas sobre irregularidades, como o fato de uma mesma pessoa ter recebido, em um mesmo dia, o pagamento por 107 prêmios, de sete diferentes modalidades, em estados diferentes do país. Em outros casos, "pessoas iluminadas", ironizou, acertaram na loteria por 206 vezes, 327 vezes e até 525 vezes.

O parlamentar relatou que suas denúncias renderam uma ação contra ele, promovida pelo Ministério Público Federal, por vazamento de informações sigilosas. O inquérito foi autorizado pelo então ministro do Supremo Tribunal Federal Eros Grau. Alvaro foi intimado a depor e disse que não usou

da prerrogativa parlamentar de dar o depoimento em seu próprio gabinete. Procurou pessoalmente a Polícia Federal e assumiu que foi o responsável por divulgar as informações veiculadas à época na imprensa.

– Não poderia eu ficar calado, em silêncio, ser cúmplice de crimes que chegavam ao meu conhecimento.

O processo, que tramitava em segredo de Justiça, prescreveu. Com isso, o senador decidiu voltar a falar do caso na tribuna.



Senador pede explicações à Caixa por supostas irregularidades

## Pedro Simon volta a destacar manifestações anticorrupção

Pedro Simon (PMDB-RS) voltou a pedir na terça-feira que a sociedade participasse das manifestações populares contra a corrupção marcadas para o feriado de ontem em vários estados. Para ele, a medida que separa o país sonhado pelos brasileiros do país real é a corrupção, responsável pelo desvio de bilhões em recursos.

O senador traçou um histórico das manifestações populares ocorridas no país, desde a luta pela anistia e pela volta das eleições diretas até o movimento dos caras-pintadas. em favor do *impeachment* do então presidente Fernando Collor.

Simon disse que hoje, "cansada de tanta dor pela falta de atendimento nos hospitais, pela escuridão do analfabetismo, pela violência, a população voltou a se manifestar", primeiro pedindo a aprovação da Lei da Ficha Limpa e, depois, indo às ruas contra a corrupção.

Citando Martin Luther King, ele disse também ter um sonho: "O de viver em um país em que os políticos sejam realmente representantes das aspirações do seu povo e não seus usurpadores. E em que a vontade coletiva ocupe o lugar dos interesses individuais. Um país sem impunidade, onde a lei seja cumprida por todos os segmentos da população e onde os recursos sejam compartilhados com todos, de acordo com as suas necessidades, e não apropriados por poucos que se locupletam no poder".



Simon diz ter o sonho de viver em um país sem impunidade

## Rolleberg lamenta aumento da violência no trânsito do DF

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) lamentou o aumento do número de vítimas fatais em acidentes de trânsito no Distrito Federal.

Conforme dados do Detran-DF, o número de pessoas mortas em acidentes de trânsito no DF de janeiro a setembro deste ano – 360 – é o maior registrado desde 2003.

– Entre 2003 e outubro de 2010, morreram 3.063 pessoas por acidentes de trânsito no DF, uma média anual de 340 mortes. Em 2011, porém, a situação se agravou ainda mais. Foram 360 mortes em apenas nove meses, uma vítima fatal a cada 18 horas, o que nos leva a concluir que, a continuar nesse ritmo, corremos o risco de fechar o ano com quase 500 vítimas fatais de violência no trânsito no DF – disse o senador.

Segundo Rolleberg, os principais motivos do aumento das mortes no trânsito no DF são a alta velocidade, a má conservação das estradas, o alcoolismo, o estresse e o cansaço de motoristas, os engarrafamentos e a má qualidade do transporte público.



Distrito Federal corre o risco de atingir 500 vítimas fatais neste ano, afirma senador

## Anibal Diniz ressalta realizações do governo Tião Viana

Anibal Diniz (PT-AC) elogiou as realizações dos primeiros 240 dias do governo Tião Viana no estado do Acre. Ele informou que o governador e seus secretários fizeram recentemente um seminário para avaliar o desempenho nos primeiros meses da gestão.

O senador afirmou que Tião Viana dá continuidade aos oito anos de governo de Jorge Viana e aos quatro de Binho Marques, todos, segundo ele, com "metas claras, política pública proativa, arrojada, eficiente e gestão por resultados".

Anibal enumerou alguns dos resultados do atual governo acriano: mais de R\$ 200 milhões investidos na malha rodoviária, implantação de 11 mil quilômetros de linhas de transmissão pelo Programa Luz para Todos e fortalecimento da piscicultura e do microcrédito.

Em aparte, Jorge Viana (PT-AC), irmão de Tião Viana, disse que no Acre "há uma experiência administrativa que está fazendo muito bem ao povo".



Segundo Anibal, governo tem metas claras, política proativa e gestão por resultados